

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.458.133 - SP (2019/0055100-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **V M C**
AGRAVANTE : **F C F**
AGRAVANTE : **R M C**
AGRAVANTE : **T M C A**
ADVOGADOS : **MARCO ANTÔNIO BARONE RABELLO - SP182522**
 PAULA PIVOTO - SP327748
AGRAVADO : **E R V DOS S**
ADVOGADOS : **LUCIANO GRIZZO - SP137667**
 LUCIANE DELA COLETA GRIZZO - SP158662

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARROLAMENTO DE BENS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por V M C, F C F, R M C e T M C A contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 20/11/2018.

Concluso ao gabinete em: 16/05/2019.

Ação: de arrolamento de bens proposta por E R V DOS S contra os ora agravantes, na qual alega que moveu em face de F C, falecido em 24/02/2014, ação de investigação de paternidade, obtendo sentença de procedência, que ainda não transitou em julgado. Informa que ele deixou

diversos bens, que foram doados aos seus herdeiros em vida (11/10/2012). Receia, assim, que eles se desfaçam do patrimônio. Pede a concessão de liminar para arrolar os bens descritos e resguardar os seus direitos, sendo a medida mantida até o trânsito em julgado da sentença que reconheceu a paternidade.

Sentença: julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, ante a carência do direito de ação por ausência de interesse de agir.

Acórdão: deu provimento ao recurso de apelação interposto pelo agravado, para reformar a sentença e julgar procedente o pedido inicial, nos termos da seguinte ementa:

- Recurso redistribuído à Trigesima Câmara Extraordinária de Direito Privado, com base na Resolução n.º 737/2016 e Portaria nº 02/2017.

- Cautelar incidental de arrolamento de bens.

Admissibilidade. Interesse de agir do autor se faz presente, pois tivera o reconhecimento de ser filho do autor da herança em primeiro grau, estando em fase recursal. Autor da herança que também era genitor dos réus e efetuara inúmeras doações, podendo inclusive configurar adiantamento da legítima. Simples reserva de bens no inventário, por ora, é insuficiente.

Arrolamento dos bens apontados deve prevalecer, ante a situação fática apresentada e o perigo na demora.

Procedência da ação se apresenta adequada. Apelo provido.

Embargos de declaração: opostos pelos agravantes, foram rejeitados.

Recurso especial: alegam violação dos arts. 1.022 do CPC/15 e 267, VI, e 1001 do CPC/73 (atuais arts. 485, VI, e 628, do CPC15), além de dissídio jurisprudencial. Sustentam que houve erro no acórdão recorrido, uma vez que este partiu de uma premissa equivocada, qual seja, a de que todos os bens do falecido já teriam sido doados. No entanto, aduzem que há declarações nos autos de que há inúmeros outros bens além dos doados aos agravantes que seriam suficientes para proporcionar ao agravado a satisfação de sua pretensão. Defendem a ausência de interesse processual do agravado no arrolamento de bens, uma vez que seria cabível apenas a reserva de bens e não o presente

procedimento.

Parecer do MPF: da lavra do I. Subprocurador-Geral Sady d'Assumpção Torres Filho, opina pelo não provimento do agravo em recurso especial.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente sobre a necessidade de preservação do patrimônio deixado pelo falecido para uma futura partilha entre os herdeiros.

A alegação de erro no acórdão recorrido ante a adoção de "premissa equivocada" de que haveriam outros bens na composição do referido patrimônio não se presta a fundamentar a violação do art. 1.022 do CPC/15, pois reflete mais a insatisfação dos agravantes com o resultado final da decisão do que com a sua deficiência.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 267, VI, e 1001 do CPC/73 (atuais arts. 485, VI, e 628, do CPC15), indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do

recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Os agravantes não apresentaram adequadamente o dissídio jurisprudencial, devido a ausência de cotejo analítico entre os julgados, sendo certo, que para a demonstração da divergência não basta apenas a transcrição de ementas.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 3% os honorários fixados anteriormente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora